

A EXPANSÃO DO CAPITALISMO AGRÁRIO E A VIOLÊNCIA NO CAMPO NO NORTE DE GOIÁS NO GOVERNO MILITAR

Eonilson Antonio de LIMA
eonilsonlima@gmail.com.br
Faculdade de História/UFG

Mestrando em História
Adelma Ferreira de SOUZA
adelma.souza3@hotmail.com

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas /Unicamp
Doutoranda em Ciências Sociais
Bolsista Capes

RESUMO

Este texto trata das ocupações dos espaços agrários e os conflitos entre trabalhadores rurais na região do Médio Araguaia, noroeste do Estado do Tocantins, ocorridos no regime militar. Destacando-se a expansão capitalista sobre a floresta que expropriou trabalhadores rurais, posseiros, ribeirinhos e outros sujeitos sociais. Discutiremos a resistência destes nos conflitos, assim como, as estratégias utilizadas pelos militares na implantação do projeto de colonização da Amazônia entregando sua execução ao grande capital e financiando seus investimentos com juros subsidiados, colocando o aparato jurídico militar à disposição desta classe. Analisaremos também os desdobramentos desses conflitos por meio da organização dos trabalhadores, do enfrentamento e da luta que desembocaram na consolidação de assentamentos rurais.

Palavras-chave: Expansão capitalista, Conflito Agrário, Norte de Goiás.

ABSTRACT

This paper addresses the occupation of spaces and land conflicts between rural workers in the Middle Araguaia, northwest of the State of Tocantins, which occurred during the military regime. Highlighting the capitalist expansion over the forest that expropriated peasants, squatters, riparian and other social subjects. Discuss the resistance of these conflicts, as well as the strategies used by the military in the implementation of the project of colonization of the Amazon delivering its execution and financing major capital investments with subsidized interest rates, putting the military legal apparatus available to this class. We will also consider

the ramifications of these conflicts through the organization of workers, the confrontation and struggle to get change the consolidation of rural settlements.

Keywords: Capitalism Expansion, lands conflicts, Goiás North.

INTRODUÇÃO

Será objeto de análise neste texto o processo de expansão do capitalismo agrário e a ocupação do antigo Norte do Estado de Goiás, atualmente Estado do Tocantins, no governo autoritário, seus desdobramentos e impactos políticos, econômicos e sociais. Serão ainda analisadas as estratégias dos militares para atrair o grande capital para a Amazônia. Esta estratégia foi através do subsídio aos projetos agropecuários e para impulsionar a migração da população em geral para esta região que se valeu da propaganda do “Novo Eldorado” na floresta com o lema “terras sem homens parra homens sem terra”.

A região do norte goiano só foi integrada ao sul do país, a partir do governo de Juscelino Kubitschek com a construção rodovia Belém Brasília BR-153 e após intensa campanha do governo militar que a transformou na nova fronteira agropecuária com a implantação de grandes projetos agropecuários capitaneados pelo grande capital e subsidiado pelo Estado.

Os governos militares, no final da década de 1960 e início da década de 1970, intensificaram as propagandas anunciando o acesso ao pedaço de terra na Floresta Amazônica através dos Projetos de Colonização estimulando uma intensa e massiva migração para essa região, facilitada pela rodovia que viria a ser asfaltada no mesmo período. A aliança do Estado Autoritário com o grande capital na colonização da Amazônia se efetiva através dos subsídios financeiros destinados aos investimentos e a tolerância jurídica em relação aos desmandos e violência destes contra posseiros e trabalhadores.

Deste modo, a ocupação fundiária foi conduzida pelo mercado capitalista oriunda majoritariamente do sul e sudeste do país, detentores de capitais e afiançadas pelo Estado que os concedeu a prerrogativa de exercerem o poder econômico e político e, sobretudo as garantias do retorno financeiro aos capitais empreendidos nas empresas instaladas na região.

Aos imigrantes, que vieram fora desta condição de capitalista, a grande maioria, se tornou força de trabalho atuando nas aberturas das florestas para a formação de pastagens. O elo entre os trabalhadores e a empresa capitalista era o *gato*, uma figura que atuava como

agenciador de trabalhadores para realizar o trabalho de derrubada da floresta. Este sujeito era responsável pelo estabelecimento do contrato entre os proprietários das terras e os trabalhadores. O pagamento era realizado pelo “gato” após a conclusão do trabalho, tornando-o assim, indispensável para esse tipo de trabalho.

A relação conflituosa entre capital, trabalho e Estado, como agente fomentador da violência, decorre do projeto de aliança entre o regime ditatorial, o grande capital nacional e internacional para colonizar a Amazônia tendo como modelo latifúndios com a finalidade de produzir para o mercado.

O sociólogo José de Sousa Martins, ao analisar o conflito na Amazônia discute o conceito de fronteira e das frentes migratórias que resultaram na ocupação da região amazônica a partir do ponto de vista de antropólogos e geógrafos, reafirmando a necessidade de refutar uma linearidade destes conceitos e dos acontecimentos nas regiões de fronteira.

Para Martins (1997), a análise dos antropólogos a respeito do deslocamento das populações “civilizadas” diferentemente das populações indígenas, ocorre em tempo e espaço distintos das frentes analisadas pelos geógrafos. Segundo Ribeiro apud Martins (1997, p.152) “Aqui a terra em si mesmo não tem qualquer valor (...) não se cogita, por isto, de assegurar a posse legal das terras (...) e este domínio não assume, senão acidentalmente a forma de propriedade fundiária”.

A compreensão das frentes de deslocamento das populações sobre a fronteira não exclui os interesses econômicos e o mercado como agente propulsor, contudo, a *frente de expansão* assim denominada pelos antropólogos, apresenta uma grande diferença da *frente pioneira* explicadas nos estudos dos geógrafos sobre migrações na região de fronteira onde teve a participação determinante do grande capital sobre as comunidades tradicionais e a floresta.

Só que, nesse caso, os estudos da *frente pioneira* já não levaram em consideração as comunidades indígenas e centram o enfoque nos agentes capitalistas, “o empresário, o fazendeiro, o comerciante e o pequeno agricultor moderno e empreendedor”. (MARTINS, 1997, p.152)

No entanto, Martins reforça que “o que temos, nas duas definições, é, antes de tudo, modos de ver a fronteira, diferentes entre si porque são diferentes, nos dois casos, os lugares sociais a partir dos quais a realidade é observada”. (MARTINS 1997, p. 152). Neste caso, a diferença entre a chegada das frentes migratórias que avançaram na região norte no início do século XX, composta por ribeirinhos ao longo dos rios Tocantins e Araguaia, vaqueiros e

posseiros vindos principalmente dos estados do nordeste e as frentes chegadas após o advento da Belém Brasília-BR 153, composta principalmente por capitalistas oriundos das regiões centro-sul do País foi a relação que se estabeleceu na/com a terra.

Apesar dos casos de violência extrema no contato entre indígenas e migrantes, as frentes migratórias pós-advento da Belém Brasília, talvez pela forma e fins da ocupação, foram marcadas por profundos e violentos conflitos entre os moradores, os latifundiários e grileiros que se estabeleciam na região.

Não só os índios da fronteira foram envolvidos na luta violenta pela terra. Também os camponeses da região, moradores antigos ou recentemente migrados, foram alcançados pela violência dos grandes proprietários de terra, pelos assassinatos, pelas expulsões, pela destruição de casas e povoados. Entre 1964 e 1985, quase seiscentos camponeses foram assassinados em conflitos na região na região amazônica por ordem de proprietários que disputavam com eles o direito a terra. (MARTINS, 1997, p.150).

Octavio Ianni, ao explicar a entrada do capital na Amazônia, afirma que “As tensões e os conflitos cresceram de envergadura e multiplicaram-se em número, na mesma proporção que cresceu o afluxo de empresa e empresários para área em busca de terras boas para pastagens, lavoura e mineração ou extrativismo.” (IANNI, 1978, p.158)

Este grande capital chegou à região amazônica pelos programas de fomento do Estado através dos órgãos governamentais como “SUDAM, Banco da Amazônia, Banco do Brasil, INCRA, e outras agências do poder estatal aliadas do grande capital”. (ibid, 158).

A terra, *locus* de trabalho do camponês (MARTINS, 1997), após a chegada do grande capital se transforma em mercadoria e se torna propriedade privada. Esta apropriação ocorre de forma massiva, articulada e violenta de tal forma, que Otavio Ianni (1978, p.167) cita o exemplo de um “Respeitável grupo econômico do sul que havia esticado sua propriedade de 98 mil hectares, formados com 32 títulos adquiridos separadamente, para 604 mil”.

Desta forma, observa-se que a ação do capitalismo agrário na apropriação e na expansão das propriedades privada das terras na Amazônia foi amparada pelo aparelho estatal e resultou no surgimento de conflitos e violência provocados pelos interesses antagônicos entre latifundiários, trabalhadores rurais e posseiros.

Na medida em que ocorrem novos desenvolvimentos das relações capitalistas de produção na área (...) Agravam e explodem as contradições entre os posseiros, os grileiros e fazendeiros. Contradições essas que envolvem várias modalidades de violência: tanto a violência privada, praticada pelos pistoleiros ou jagunços a mando de grileiros e fazendeiros, como a violência estatal legitimada e praticada por policiais ou outros segmentos do setor público (ibid, P. 164).

As contradições em relação às frentes migratórias para a Amazônia, durante o governo militar, se apresentaram conforme os interesses e perfis dos atores envolvidos na disputa destas terras. Enquanto entre os posseiros e trabalhadores geralmente eram pessoas simples, com baixa ou nenhuma escolaridade e despossuídos economicamente, já os novos fazendeiros eram em regra, “médicos, industriais, comerciantes, fazendeiros, chefes políticos, vereadores, funcionários públicos etc.”. (GUIMARÃES *apud* IANNI, 1978, p. 213)

O crescente aumento do latifúndio como resultado do avanço do capitalismo no campo ampliou também o número de proletários rurais, em decorrência das expropriações das terras camponesas, ou “pela atração de trabalhadores excedentes dos estados do nordeste ou outras regiões do país”. (IANNI 1978, p.235).

São esses trabalhadores, proletários rurais que realizaram todo o processo de ampliação e efetivação da atividade capitalista no campo, desde trabalho de derrubada, queimada da floresta, a formação de pastagens até a “defesa da propriedade, como produção e reprodução do capital” (ibid, p. 235)

Portanto, é nos conflitos entre essas classes antagônicas, gerados pelos violentos processos de disputa pela posse da terra, na transformação da terra como local de vida e de trabalho em mercadoria, na modificação desta terra de valor de uso em valor de mercado com a introdução e consolidação do capitalismo agrário, que se desenvolve a estrutura agrária na fronteira da Amazônia tocantinense.

O PROJETO DO ESTADO AUTORITÁRIO E DO CAPITAL

A região Amazônica até as décadas de 1960 e 1970 estava praticamente intocada. Eram cerca de 4 milhões de quilômetros quadrados (quase metade do Brasil) “cobertos de florestas virgens, com árvores seculares com mais de 50 metros de alturas”. (CAVALCANTI, 2004, p.69).

Os governos militares, em uma tentativa de atrair imigrantes para povoar a Amazônia, criaram o *slogan* de “*Integrar para não entregar*”, “terra sem homens para

homens sem terra”, para isso uma ampla propaganda oficial foi disseminada incentivando a migração para o imenso vazio demográfico na região norte do país. “Tais” propagandas, propunham *integrar para não entregar*, em uma alusão a possível invasão da Amazônia pelos Norte-Americanos ou em uma possível instalação de bases comunistas na floresta, assustados pela experiência da Guerrilha do Araguaia.

Segundo Fernandes (1994, p.28), “o que estava por trás desta política de Colonização da Amazônia era o bloqueio à reforma agrária é uma estratégia de geopolítica de exploração total dos recursos naturais pelos grandes grupos nacionais/internacionais”.

A Região do Médio Araguaia teve um acentuado aumento demográfico nas décadas de 1970-1980, como nos mostra a Tabela 1.

TABELA 1 - POPULAÇÃO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE COLINAS DO TOCANTINS DÉCADAS DE 1970-1980

Região Administrativa	Área (Km ²)	População 1970	População 1980	Taxa anual de crescimento 1970-1980(%)	Densidade demográfica 1980(hab./Km ²)
Região VI – Colinas do Tocantins	10.899,0	31.485	54.670	5,67	5,02
Arapoema	4.554,0	7.295	15.849	8,07	3,48
Colinas do Tocantins	785,0	8.444	18.172	7,97	23,15
Couto Magalhães	2.159,0	2.434	5.152	7,79	2,39
Itaporã do Tocantins	1.018,0	2.302	4.360	6,60	4,28
Pequizeiro	-	-	-	-	-
Presidente Kennedy	2.383,0	4.764	11.137	8,86	4,67

Fonte: Anuário Estatístico do Estado do Tocantins; Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente-SEPLAN Diretoria de Pesquisa e Informação – DPI,

Pelos dados contidos na tabela 1 é possível constatar o crescimento populacional da região VI que foi de mais de 7% ao ano em média e que os dados de 5,02% de média da região é decorrente da falta de dados da cidade de Pequizeiro, que coincidentemente ocorreu no mesmo período da propaganda dos militares e com a implantação dos grandes projetos agropecuários na região.

Contudo, o controle econômico e político da colonização foram entregues aos latifundiários representantes do poder político local e regional, como contrapartida o governo subsidiou os investimentos e facilitou suas investidas contra posseiros e a ampliação de seus capitais, como afirma Picoli,

Foram criados vários programas para a região, sendo acompanhados e controlados pelo Estado em conjunto com o capital, através de um projeto de expansão conjunto e articulado. Foi através dos incentivos fiscais que se efetivou a transferência dos grupos econômicos para a região, pois esse era o diferencial para facilitar a acumulação. O projeto SUDAM foi criado exclusivamente para beneficiar o grande capital, que efetivou a acumulação na região, por meio da expansão da nova fronteira. (PICOLI, 2006, p.56)

Para garantir o lucro e a expansão dos capitais dos latifundiários o governo concedeu “às grandes empresas nacionais e multinacionais, incentivos fiscais, isto é, a possibilidade de um desconto de 50% do imposto de renda devido pelos seus empreendimentos situados nas áreas mais desenvolvidas do país”. (MARTINS, 1997, p.86).

As vantagens que o governo concedeu para que o grande capital se instalasse na região amazônica foi um grande atrativo econômico, visto que, tais condições garantia um lucro líquido e certo, o que fez com que várias empresas de diferentes segmentos investissem no setor agropecuário a partir da segunda metade da década de 1960,

A Amazônia brasileira se tornou campo privilegiado para a expansão de empresas capitalista apoiada pelo governo autoritário. Neste quadro, a região se torna uma fronteira do capitalismo nacional e global, mediante o estabelecimento de projetos agropecuários e de infraestrutura (SILVEIRA 2006 p. 31.).

Imensas áreas foram demarcadas em nome de capitalistas e o latifúndio se consolidou sem muitos problemas. Primeiro, porque os posseiros e extrativistas não tinham “conhecimentos sobre os direitos de posse que possuíam, nem sabiam que os documentos apresentados pelos fazendeiros eram, em muitos casos, forjados nos cartórios” (FERRAZ, 1998, p. 82). Segundo, pela facilidade de obtenção das terras que dentre várias maneiras de aquisição, uma que foi amplamente utilizada foi a da “indústria da grilagem”, via crime organizado, que atuava na região impunemente, com um aparato que envolvia várias modalidades de fraude, forjando escrituras e formando um verdadeiro aparato de documentos fraudulentos. (PICOLI, 2006, p.63).

Com o consentimento do Estado, o capital encontrou na região condições para ampliação de seus investimentos sub jugando quem atravessassem seu caminho e colocou em prática o projeto concentrador através do açambarcamento das terras gerando pobreza e miséria nas periferias das cidades que foram se formando ao longo da rodovia Belém/Brasília e nas imediações dos grandes projetos que iam sendo instalados.

Situações de vulnerabilidade e insegurança foi o legado das famílias que vieram em busca de terra ou de trabalho. O trabalhador que migrou para a região do Norte Goiano como

forneceador de mão de obra ou em busca das terras propagandeadas pelo governo ficou vulnerável e em condições subumanas nas periferias das cidades se misturando com os antigos moradores que foram expulsos de suas terras para que o capital se expandisse.

Milhares de camponeses teriam de ser expulsos de suas terras de trabalho, como de fato foram, para que nelas fossem abertas grandes pastagens. Muitos deles acabaram migrando para as cidades da própria região, para viver na miséria da sub ocupação e das favelas. (MARTINS 1997, p. 86)

As populações excluídas e desassistidas pelo Estado, para garantir a sua reprodução social, se submeteram a viver de subempregos nas fazendas na região ou no sul do Pará, em atividades sazonais como mão-de-obra barata ou, em alguns casos, em situações de trabalho escravo, enquanto os latifundiários consolidavam seu poder nessa região.

Donos das terras e patrões de todos que moravam no lugar, os fazendeiros transformavam-se em legítimos senhores de engenho, respondendo com truculência a quem contrariasse suas ordens ou atrapalhassem seus planos – do prefeito da cidade ao diretor da escola municipal, passando pelo delegado de polícia e pelo juiz da comarca nenhum cargo é ocupado sem a benção dos poderosos da região. (CAVALCANTI, 2004, p. 70)

A relação entre latifúndio e governo militar na região aqui debatida, foi bem mais que uma parceira em um projeto econômico e político. Os latifundiários ocuparam todas as formas de controle das populações: a terra, o poder político e formas de dominação ideológicas atuando como poder de Estado na região. Um exemplo, foi da família de Benedito Boa Sorte, conhecido político de Araguaína, a mais importante cidade do Norte do Estado do Tocantins a 100 quilômetros da cidade de Colinas do Tocantins, representante de uma das famílias mais influentes que controlou a política os meios de comunicação como rádio e televisão.

A este respeito Silveira (2009), explica que:

Além do controle sobre o executivo municipal, a família Vicente Ferreira, graças às relações do deputado federal e, depois senador Benedito junto ao governo militar, também podia nomear e controlar as autoridades estaduais e federais na localidade. Como os grandes patrões do interior, os “Boas Sorte” “faziam” e “desfaziam” os policiais, delegados, fiscais do ministério do trabalho e até juízes. Além de ‘fazer’ as autoridades, os empresários ainda podiam fazer o papel destas mandando prender e/ou soltar presos por ordem da justiça, inclusive em pessoas envolvidas em assassinatos. (SILVEIRA, 2009, p.141).

O grande capital nacional e internacional se instalou na Amazônia com os grandes latifúndios e se engendraram na política como braço dos militares no combate de qualquer movimento de democratização e possível instalação de célula guerrilheira na Amazônia. Como exemplo pode ser citado o fato da guerrilha do Araguaia nos municípios de Xambioá-GO e São Geraldo-PA, que foi sufocada pelo exército sob o comando do conhecido coronel Curió em 1973. Uma relação simbiótica que foi construída entre o Capital e o Estado, enquanto os trabalhadores foram excluídos do Projeto de Colonização da Amazônia apesar de ser força motriz para a expansão e consolidação do capital na Amazônia.

É neste cenário de concentração e sujeição de terras ao capital, de expropriação e exploração dos trabalhadores rurais que analisaremos a seguir a reação destes trabalhadores e posseiros contra a expansão do capital e seus enfrentamentos aos latifundiários na região do Médio Araguaia.

A INSTALAÇÃO DO LATIFÚNDIO, A VIOLÊNCIA E A RESISTÊNCIA

Apesar das condições desiguais em que se encontravam os trabalhadores e posseiros frente aos latifundiários, houve resistências às investidas dos latifúndios. Posseiros que já estavam na terra há vários anos ou há décadas lutaram para defender suas terras, trabalhadores que vieram de seus lugares de origens para trabalhar na derrubada da floresta também resistiram às condições a que foram reservados de meros fornecedores de mão de obra.

Todavia, mesmo em condições desiguais ao latifundiário, estes camponeses resolveram enfrentar o poderio do capital agrário permanecendo nas suas posses, como pode ser observado no depoimento de Domingos (posseiro entrevistado por Silveira em 2009), sobre os conflitos na região de Araguaína envolvendo posseiros e grileiros, apesar do revés, os roceiros decidiram que permaneceriam nas posses. Porém só não esperavam que o fazendeiro fosse contratar quarenta homens armados para desocupar terra.

Sobre esta forma de conflito, Silveira (2009), explica que:

Gritando e atirando, os pistoleiros caíram sobre o centro: “Meteram bala e queimaram os “barracos” com tudo dentro. Não ficou um barracão em pé. As “panelas” tudo furadas de bala. E ficaram vigiando, tocaiando a gente passar. Para matar” Refeito do ataque, lavradores decidiram resistir, contudo, estavam em menor número e mal armados e, o que era pior poucos sabiam do ofício de matar. (SILVEIRA, 2009, p. 132)

O conflito entre o grande capital nacional e internacional e os trabalhadores aconteceu em circunstâncias diversas, desde as investidas sobre as terras dos posseiros até as condições degradantes de trabalhos nas aberturas das áreas para a formação de pastagens, além do enfrentamento com os pistoleiros, a polícia em casos de ocupação dos latifúndios pelos trabalhadores.

Assim, como as circunstâncias de resistência foram diversas, os mecanismos utilizados pelos latifundiários para intimidar os trabalhadores também foram inúmeros. Ameaças, torturas e assassinatos foram utilizados amplamente pelos latifundiários com aquiescência de polícias, delegados, juízes e demais autoridades locais e regionais.

Neste sentido, tem-se o proposto por Santana (2009):

Enquanto as reformas políticos-jurídicas eram feitas pelos próprios ditadores, no campo, especialmente na Amazônia, expulsão de posseiros pelo capital agrário de origem urbana e multinacional, combinada com uma ação de grileiros apoiado pelos policiais locais, assumia proporções nunca vista. (SANTANA, 2009, p.114)

Para os posseiros e trabalhadores que vieram para a região no afã da propaganda oficial, o sonho de ter um pedaço de terra se tornou cada vez mais distante. Ao contrário do que esperavam, encontraram pela frente a fúria do latifúndio e o descaso do Estado e dos órgãos da justiça. A insegurança jurídica assegurou aos latifundiários a certeza da impunidade em relação a suas ações de violências contra estes trabalhadores.

As tensões em torno da posse da terra foram se agravando à medida que o Projeto de expansão capitalista ia se consolidando e as áreas de florestas ficando quase totalmente ocupadas pelo latifúndio. Estes processos ocorreram porque, assim que avançavam sobre as terras dos posseiros, forçados a migrarem para as periferias das cidades mais próximas, já que, a ocupação foi massiva e não tinha mais áreas para se instalarem.

Foram, portanto se misturando aos trabalhadores que vieram de outras regiões para trabalhar na derrubada da floresta para a formação de pastagens, e quando a “empreitada” terminava ficavam desempregados e assim, como os posseiros expropriados de suas terras, eram forçados a também a se submeter às condições subumanas das favelas nas cidades mais próximas. Desta forma, na luta para garantir a reprodução social da família foi se formando uma classe de proletários nas periferias das pequenas e médias cidades.

O padre italiano Mário Aldighieri, na sua análise sobre a trajetória do Padre Josimo e os conflitos no Bico do Papagaio no extremo norte do estado de Goiás, relata as ações

violentas do latifúndio sob o olhar e participação do Estado, discorre sobre o conflito e pondera que as circunstâncias históricas são, por isso, extremamente importantes para analisar o surgimento de uma classe, seu desenvolvimento interno e sua relação com as outras classes da sociedade. (ALDIGHERI, 1993, p. 86), assim, o campesinato-classe é fruto da expansão do capitalismo (MARTINS, 1981, p. 9), que tem sua origem na resistência destes às classes dominantes que tentam impedir sua liberdade.

O campesinato progressivamente insubmisso primeiro contra a dominação pessoal de fazendeiros e coronéis, depois contra a expropriação territorial efetuada por grandes proprietários, grileiros e empresários e já, agora contra a exploração econômica que se concretiza na ação da grande empresa capitalista e na política econômica do Estado que cria e garante essa sujeição. (MARTINS, 1981. p 10).

Os trabalhadores para enfrentar o latifúndio contaram com o apoio da ala progressiva da Igreja Católica que fazia opção pelos pobres. Um dos expoentes deste movimento, nessa região, foi o Padre Josimo de Moraes Tavares da prelazia de Tocantinópolis, que os orientavam nas suas organizações e resistências contra a violência e o terror espalhados pelos latifundiários.

Padre Josimo atuava também como articulador entre outros segmentos dos movimentos populares e a igreja inclusive, ajudando-os a se organizar como classe através da criação de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais que na região do Bico do Papagaio não foi tarefa fácil, visto que fazendeiros, jagunços armados invadiram o local onde os camponeses estavam reunidos. “Várias vezes o próprio GETAT¹ e a polícia tentaram pressionar e esvaziar a formação dos órgãos de classe”. (ALDIGHERI, 1993, p.88)

Contudo, mesmo diante das pressões de fazendeiros, pistoleiros, polícia, juízes, políticos locais, os trabalhadores foram se organizando em torno da igreja e de sindicatos e foram pressionando capital contra as invasões de terras de posseiros e pela realização de Reforma Agrária.

Um dos momentos mais marcantes deste movimento foi manifestação pela “Reforma agrária, ocorrida em Augustinópolis no dia 23 de junho de 1984. Na ocasião estavam presentes 6.000 (seis mil) trabalhadores, as diretorias dos STR’s da região, a Central Única dos Trabalhadores e a Federação dos Trabalhadores na agricultura” (ALDIGHERI, 1993, p.89).

¹ Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins

A organização dos trabalhadores em torno da defesa de suas terras e do movimento pela Reforma Agrária, representou um perigo iminente para os latifundiários, que de acordo com lógica capitalista, tinham a propriedade da terra como direito, mesmo que contraída de forma escusa.

E a partir dessa premissa organizaram ações ofensivas para os trabalhadores e os movimentos de apoio a estes, como se o ataque fosse uma forma de defesa. Grupos de pistoleiros foram criados com o pretexto de defender as propriedades, a formação destas milícias foi, muitas vezes, formada por ex-policiais, confundido os trabalhadores sobre quais eram os policiais ainda na ativa e os da reserva.

A luta dos trabalhadores em defesa da posse da terra foi condição *sine qua non*, para sua reprodução familiar e para garantir os mínimos para sobrevivência, foi à defesa da terra de trabalho livre em detrimento de uma terra de negócio “cativa”².

O trabalhador posseiro ou imigrante vindo para a abertura da floresta, acuados por pistoleiros, policiais e fazendeiros organizaram com apoio da igreja e dos os sindicatos o enfrentamento aos latifundiários. Um exemplo do processo de luta e resistência camponesa foi um caso citado por Aldighieri (1993, p. 110), baseado nos arquivos da comissão Pastoral da Terra Araguatins, sobre a ocupação da fazenda Ouro verde Localizada naquele município.

Fazenda Ouro Verde

Envolvidos: 100 famílias (CPT-1985); 200 posseiros (1986)

Conflitantes: Dr. João Hissassi Yano, da construtora Engil, de Goiânia; Antônio Miguel Abrão (cunhado), Valdir Mendonça Alves

Joao Hissassi Yano, o “Joao Japonês”, tenta expulsar com jagunços armados, destruindo roças com trator e enviando a polícia, as famílias dos posseiros.

28/11/1983 – O Getat tenta convencer os moradores a aceitar 25 hectares em lugar de 50.

29/11/1983 - Carta denuncia da Delegacia Sindical de Buritis pede extinção do Getat.

20/07/1984 – A Polícia Federal, e o gerente do dr. “João Japonês” ordenam às famílias que saiam, sob ameaça.

24/08/1984 – A polícia Federal amarra e espanca o lavrador Valdivino, de Vila União, nas matas do povoado.

25/08/1984 - A polícia Federal e o gerente Francisco Alves da Costa amarraram e espancaram o lavrador Waldemar L. da Silva.

28/08/1984 – Foi queimada a roça e a casa do lavrador Joaquim Marcelino da Silva.

04/09/1984 – Cinco barracos queimados pelo gerente e pela Policia Federal.

05/09/1984 – A Policia Federal é ameaçada de ser emboscada. Quatro líderes da possível emboscada são presos, são eles: Sebastião Ribeiro dos Santos, Luiz Francisco Farias Moura(Didi), Francisco Machado da Silva(Chico Sanfoneiro) e José Vieira de Sousa (Zezão). Eles acusam Pe.

² Conforme Aldighieri, (1993, p.60) era a defesa do posseiro pela vida contra o latifúndio que visa o lucro.

Josimo e as irmãs Lourdes, Beatriz e Madalena de serem os organizadores da emboscada. São logos liberados pela polícia.
13/09/1984 – Polícia Federal e pistoleiros queimam 15 casas e acusam Pe. Josimo de terrorista e ameaçam matá-lo. (ALDIGHERI, 1993, p. 110).

Este caso mostra o aparelho estatal a serviço do capital, na consolidação do latifúndio, concatenando fazendeiros, pistoleiros, polícia, cartórios, juízes na repressão contra os trabalhadores e as organizações de defesa destes, contra também, os padres e freiras, advogados e lideranças sindicais, vítimas de perseguições, torturas e ameaças de morte.

Osvaldo de Alencar (advogado da CPT citado por Aldighieri), sobre a relação entre os latifundiários e os órgãos estatais, explica que esta era de dominação, pois, segundo o advogado: “Ele é rico, contrata advogados, entra em contato direto com as autoridades políticas e judiciárias do Estado, vai à casa do juiz, vai ao INCRA, e já tem a conivência dos executores do projeto fundiário consegue fazer com que o todo o processo fique a seu favor”. (ALDIGHERI, 1993, pp. 114-115)

De forma específica Aldighieri (1993), explica que:

A contratação de pistoleiros para assassinar desafetos, fossem eles, trabalhadores, posseiros, líderes sindicais, religiosos, advogados, tornou-se prática comum na região norte. Por exemplo: em “14 de julho de 1985, João Ester, pistoleiro ligado a João Yano, confessa a Waldemar L. da Silva que lhe fora oferecido Cr\$ 200 milhões para matar Josimo; e 4 bilhões para matar o padre Geraldo Rosa”. (ALDIGHERI, 1993. p.118).

Na Amazônia, no ápice do conflito, quando as ações e reações recrudesceram em função da não sujeição do trabalhador e posseiro ao latifundiário, resistindo às expropriações de suas terras, às condições degradantes de trabalho ou a ocupação do latifúndio como forma de garantir a reprodução social das famílias, a contratação de pistoleiros tornou-se uma prática comum, existindo uma espécie de cota/crime onde se estabelecia valores monetários sobre a posição do desafeto a ser assassinado.

Esta capitalização era fixada por valores de acordo com a “valoração” de cada sujeito, tanto que existia uma tabela de preço diferenciado para assassinar, um deputado, um juiz, um advogado, um líder sindical ou um posseiro o valor era estabelecido de acordo com a influência da vítima. Latifundiários e pistoleiros agiram sustentados na certeza da impunidade, haja vista, que o aparato jurídico e político do Estado se encontravam a serviço do projeto de consolidação do capitalismo agrário na Amazônia.

O geógrafo e pesquisador Bernardo Mançano Fernandes denuncia que no período dos militares,

Foram assassinados 1.106 trabalhadores rurais, numa luta sangrenta contra a expropriação, a grilagem de terras, contra os despejos violentos, o trabalho escravo, a queima das casas e das lavouras, a exploração dos trabalhadores assalariados e sem direito etc. (...) Resistindo a essa realidade, os trabalhadores rurais, posseiros, sem terra e assalariado, organizam para transformá-la. (FERNANDES, 2005, p. 33)

Contudo, apesar dessa região na Amazônia ter se tornado um território do medo, da impunidade, da devastação da floresta em função do coronelismo regional, do clientelismo político estabelecido entre as oligarquias locais e o poder central ela também um espaço de sonho de muitos trabalhadores imigrantes que chegaram na região nas mais variadas condições. De que, “apesar da história de deslocamento da fronteira agrícola ser de destruição, é também é uma história de resistência, de revolta, de protesto, de sonho e de esperança”. (MARTINS 1997,p.66) Seria prematuro aqui afirmarmos que o caráter místico da igreja em relação à orientação à luta dos trabalhadores pela posse e uso da terra fosse determinante na organização e resistência na luta. Conceber a terra como uma dádiva de Deus, como um local de produção e reprodução da família, da cultura, e da inserção econômica fosse bem mais relevante que ver a terra apenas como um local de produção de commodities e essa foi uma das estratégias da igreja na assessoria de posseiros resistindo à expropriações de suas terras e dos trabalhadores ao ocuparem o latifúndio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A colonização da Amazônia, a destruição da floresta e o conflito violento entre duas classes que se formaram na fronteira (latifundiário e trabalhadores rurais) foram resultado do projeto dos governos militares em promover o capitalismo agrário na Região Amazônica. A forma como aconteceram as investidas do capital nesta região sobre as terras devolutas e sobre as terras dos posseiros, extrativistas e ribeirinhos ao respaldo econômico, jurídico e político do Estado evidencia o caráter da política expansionista do Estado e do Capital na floresta.

A concessão de subsídios ao Capital e a propaganda oficial para a colonização da Amazônia propiciou a instalação de grandes latifúndios pelo capital que encontraram condições favoráveis para expandirem seus investimentos.

Primeiros, porque os financiamentos foram subsidiados assim como, as garantias do aparato jurídico, para que os latifundiários agissem livremente sem a regulação do Estado em relação à expropriação das terras dos posseiros e sobre as questões trabalhistas no interior das fazendas. Segundo, porque com a propaganda foi atraído um enorme contingente para a região em busca do “Eldorado” tão propagandeado pelo Governo Militar que serviram como a força de trabalho para a abertura da floresta e a formação de pastagens.

Enquanto o governo da ditadura e o capital estabeleceram uma relação simbiótica na Amazônia garantindo o lucro do latifúndio em troca do apoio ao regime militar, a classe formada nas periferias por posseiros, ribeirinhos, extrativistas expropriados de suas terras e trabalhadores rurais migrantes de outros estados foram alijados dos projetos e das políticas de governo para a região.

O projeto de ocupação na fronteira amazônica não foi de acordo com a narrativa que o Estado Brasileiro apresenta, não foi “terra sem homens para homens sem terra” e muito menos “integrar para não entregar” houve um direcionamento na ocupação, privilégio ao capital nacional e internacional, segregação dos trabalhadores que vieram como parte do processo e um intenso conflito, violência e morte nas disputas pela terra.

A ocupação planejada pelos militares, realizada pelo grande capital não se efetiva como foi planejada, porque os trabalhadores não se submeteram ao lugar que lhes foi reservado nesse processo, fornecedor de mão de obra, e assim, lutaram contra a efetivação do projeto oficial de ocupação da Amazônia tocantinense.

Enfrentando diretamente fazendeiros, submetendo-se ao perigo iminente de serem mortos, torturados por pistoleiros, despejados a força por policiais avançaram resistindo e ocupando fazendas, órgãos públicos até conquistarem seus objetivos que era o acesso à terra. Portanto, os trabalhadores responderam articulando movimentos de enfrentamento, mostrando sua insatisfação ao projeto do governo para Amazônia.

A ocupação da Amazônia representou para muitos dos imigrantes, em seus locais de origens, a oportunidade única de conquistar a ascensão social, através da aquisição da terra barata ou de graça. Tanto que, muitos vieram atrás dos sonhos de tornarem proprietários no norte de Goiás. Trouxeram consigo famílias e tudo que possuíam para se estabelecerem no norte do país, especificamente, no caso analisado, Norte de Goiás, atual Estado do Tocantins.

Para muitos, a mudança para a região correspondeu às expectativas e de fato conquistaram os sonhos que perseguiram, contudo, essa não foi a realidade para maior parte dos que migraram. Portanto, é necessário que se tenha um novo olhar sobre a ocupação da

Amazônia, do papel que cada grupo de imigrantes teve neste processo e principalmente dos que foram preteridos do projeto do governo, da não passividade dos que vieram como mão-de-obra que negaram a condição de subordinação e assumiram o papel de sujeitos históricos, lutando para reaverem seus direitos à cidadania.

Assim como em outras localidades, o conflito agrário na região do Antigo Norte de Goiás, atual Estado do Tocantins, mostra que os trabalhadores organizados e unidos foram capazes de vencer e conquistar o sonhos de acesso à terra, saindo da marginalidade e sociedade local através da capacidade de produção e geração de emprego e renda possibilitado pela conquista do lote no assentamento.

Uma das formas de contrapor os processos de expansão capitalista foram as ocupações de grandes fazendas, que atualmente já soma 20 (vinte) fazendas desapropriadas e transformadas em assentamentos, onde aproximadamente vivem mil famílias praticando uma agricultura familiar produzindo e vendendo nos mercados regionais, gerando emprego e aquecendo a economia local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDIGHERI Mario. **Josimo: A terra, a vida**. Loyola. São Paulo, 1993

CAVALCANTI, Klester. **Viúvas da terra**. Planeta do Brasil. São Paulo, 2004.

FERNANDES, Bernardo M. **Camponeses no Capitalismo**. In: CARVALHO, Horácio Martins de Carvalho – O campesinato no século XXI: Possibilidades e Condicionantes do Desenvolvimento do Campesinato no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes – 2005

_____. **Espacialização e Territorialização da Luta pela Terra: a formação do MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo**. Dissertação de Mestrado, USP (Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas-Departamento de Geografia), 1993, 207 p.

FERRAZ, Siney. **O movimento Camponês no Bico do Papagaio: Sete Barracas em busca de elo**. Ética Editora. Imperatriz- MA, 1998.

IANNI, Otavio. **A Luta pela terra: história social da terra e luta pela terra numa área da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1978.

MARTINS, José de Sousa. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1981

PICOLI, Fiorelo. **O Capital e a devastação da Amazônia**. São Paulo: expressão Popular, 2006

SILVA, José Santana. Comissão Pastoral da Terra e as Lutas dos Trabalhadores Rurais em Goiás. In. **Temas de Sociologia Rural**. Pará de Minas, Virtualbooks, 2009. pp.112-151

SILVEIRA, Marcos César Borges. **Herdeiros de Sísifo**. Porto Alegre, Editora Universidade/UFPEL, 2009.